

MOÇÃO

Repúdio pelo aumento de preços dos serviços postais levado a cabo pela administração privada dos CTT

A privatização dos CTT promovida e defendida pelo PSD e CDS, e que o PS se recusa a reverter, continua a afetar e a prejudicar a população.

Depois da degradação acentuada do serviço postal, do despedimento de mil trabalhadores e do encerramento de mais de duas dezenas de estações por todo o país (entre as quais a de Paços de Brandão), a população portuguesa é agora afetada com o aumento dos preços do serviço postal universal.

A administração privada dos CTT decidiu impor um aumento de 4,5% no preço de serviços postais essenciais para a população. Esta subida dos preços, superior àquela que foi anunciada pelos CTT para 2017, de 2,4%, afeta serviços como o correio normal, com exceção do correio em quantidade sujeito a preços especiais, o correio registado, o correio editorial/jornais e publicações periódicas, o correio azul e as encomendas postais até 10 kg.

Nunca é demais lembrar que em 2013, os CTT deram 61M€ de lucro e os acionistas privados distribuíram 60M€ entre si; em 2014, ficaram com 70 dos 78M€ de lucro; em 2015 apropriaram-se de 71 dos 72M€ de lucro; em 2016 distribuíram entre si 74M€ apesar de os CTT terem lucrado 'apenas' 62M€. Estamos perante um caso de ganância e de descapitalização deliberada de uma empresa para enriquecer os bolsos dos seus acionistas. E a fatura está a ser passada aos cidadãos.

Já aquando do anúncio de encerramento do balcão de Paços de Brandão, o Bloco de Esquerda apresentou uma moção para que a Assembleia Municipal se pronunciasse pelo fim da privatização de um serviço que deve ser público. A notícia do aumento dos preços do serviço postal que se refletirão no dia a dia dos feirenses dá razão a esta posição. Por isso, o Bloco de Esquerda quer uma posição clara da Assembleia Municipal em defesa da sua população.

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 6 de abril de 2018, delibera:

1. Manifestar oposição e repúdio pelo aumento dos preços do serviço postal universal em 4,5% imposto pela administração privada dos CTT.
2. Apelar à Assembleia da República e ao Governo para que, em nome do interesse público, ponha em marcha a reversão da privatização dos CTT.

Santa Maria da Feira, 06 de abril de 2018

O grupo municipal,
Moisés Salvador Coelho Ferreira
Salomé Almeida Ventura